

Fazer, reconhecer, formalizar, sustentar

Pontos de Cultura, trabalho digno e fontes de recursos para além dos editais

Ábia Marpin
marpin.abia@gmail.com

Módulo Cultura Viva, Direitos Culturais
e Gestão Comunitária · 01/10/2026

PARA COMEÇAR

“Sem fins lucrativos” quer dizer trabalhar de graça?

Responda no chat: **sim**, **não** ou **depende**.

Lucro não é o mesmo que remuneração

LUCRO

A sobra dividida entre donos ou sócios

É o que move uma empresa.

REMUNERAÇÃO

O pagamento justo pelo trabalho de quem faz

Existe na empresa e na organização sem fins lucrativos.

Numa organização sem fins lucrativos, o trabalho pode ser pago. O que não se divide é a sobra: ela fica com a causa.

Para onde vai o dinheiro?

ENTRA

- Prêmio ou edital
- Oficinas vendidas para escolas
- Bazar e doações



PAGA

- Cachês e oficinas
- Coordenação
- Material e transporte
- Contador



SOBROU?

Fica no caixa do grupo:
próxima ação e reserva para
imprevistos.

**Não vira lucro de
ninguém.**

Tudo registrado e decidido pelo grupo: é isso que dá confiança a quem apoia.

O que a lei permite

✓ PODE

- Pagar equipe, artistas, oficinas e coordenação
- Pagar a equipe com o recurso de uma parceria, inclusive gente da própria organização
- Remunerar quem dirige e trabalha na gestão: até o valor de mercado da região, decidido em assembleia e registrado em ata

⚠ NÃO PODE

- Dividir sobras, lucros ou patrimônio entre associados, diretores ou doadores
- Usar o dinheiro fora da finalidade da organização

Dúvida sobre impostos e isenções? Converse com um contador antes de decidir.

De ONG a OSC: um pouco de história

1970–80	Movimentos sociais e educação popular: nascem as ONGs
1988	Constituição: participação social e direitos culturais
2004	Programa Cultura Viva: o Estado reconhece o que já existe
2007–10	CPI das ONGs no Senado: “ONG” vira palavra suspeita
2014	Lei Cultura Viva e Marco Regulatório das OSCs (MROSC)
2022–24	Política Nacional Aldir Blanc e novas regras de prêmios Cultura Viva

Hoje: OSC, Organização da Sociedade Civil, com lei própria para fazer parceria com o poder público.

Três coisas diferentes

1

Fazer

A ação cultural já existe e é legítima. Quem reconhece primeiro é o território.

2

Ser reconhecido

Certificação como Ponto de Cultura: o Estado reconhece e o grupo entra na Rede Cultura Viva.

3

Ser formalizado

Ter CNPJ, como associação ou cooperativa. Abre portas e traz obrigações.

Dá para ser Ponto de Cultura **sem CNPJ.**

Ponto de Cultura: com ou sem CNPJ

COLETIVO SEM CNPJ

- ✓ Pode ser Ponto de Cultura certificado
- ✓ Pode ganhar prêmio e concorrer a editais que aceitem coletivos, com uma pessoa representando o grupo
- Não pode ser Pontão nem assinar Termo de Compromisso Cultural
- Quem assina pelo grupo assume a responsabilidade

ENTIDADE COM CNPJ

- ✓ Pode ser Ponto ou Pontão certificado
- ✓ Prêmios, editais, Termo de Compromisso Cultural, parcerias e patrocínios
- ✓ Assina contratos em nome da organização
- Precisa manter estatuto, atas, contador e obrigações anuais

Termo de Compromisso Cultural: repasse da Cultura Viva para uma entidade executar um plano com metas e cronograma.

Como pedir a certificação

- 1** Crie sua conta gov.br.
- 2** Entre em culturaviva.cultura.gov.br e cadastre o Ponto: com CNPJ ou sem CNPJ.
- 3** Envie o portfólio com 2 anos de atividades e uma carta de recomendação. **Sem CNPJ:** carta do grupo indicando quem representa. **Com CNPJ:** estatuto e ata de posse.
- 4** Aguarde a análise: o governo estima até 3 meses. É gratuito.

O certificado reconhece. Não garante recurso: o dinheiro vem pelos editais.

Formalizar? Primeiro: para quê?

O que o grupo faz hoje e quer fazer nos próximos anos?

Vamos assinar parcerias e contratos, ou receber patrocínio?

Vamos gerar renda para dividir entre quem trabalha? Aí, talvez, cooperativa.

Temos gente e tempo para atas, contador e prestação de contas?

Formalizar é escolha estratégica, não uma prova de que o grupo é sério.

Sustentabilidade é mais que dinheiro

Se o edital acabasse amanhã, o que manteria o grupo de pé?

CULTURAL

Proteger, transmitir e renovar as práticas

COMUNITÁRIA

Participação, vínculos e reconhecimento no território

INSTITUCIONAL

Organização, memória do grupo e novas lideranças

FINANCEIRA

Custos planejados e fontes diversas de recursos

Como uma mesa: com uma perna só, nada fica de pé.

Edital é só uma das fontes

PODER PÚBLICO

Editais e prêmios (PNAB, Cultura Viva, estado, município) e leis de incentivo

NO TERRITÓRIO

Oficinas e apresentações para escolas e empresas, produtos, uso do espaço

PESSOAS

Doação mensal de “amigos do Ponto”, vaquinha on-line, bazares e festas

PARCEIROS

Comércio local, empresas, institutos e fundações, universidades

SEM DINHEIRO

Espaço cedido, equipamento emprestado, voluntariado, mutirão

Misturar fontes protege o grupo: quem depende de uma só fica refém dela.

Rede dá voz e legitimidade

COM QUEM SE ARTICULAR

- Pontões e outros Pontos de Cultura
- Fóruns e redes de Pontos
- Conselhos e conferências de cultura
- Universidades, escolas e coletivos do território

O QUE A REDE TRAZ

- Informação que circula: editais e oportunidades
- Cartas de recomendação
- Força para negociar com o poder público
- Parcerias e trocas

“Uma rede permanece viva quando as conexões continuam para além de um projeto ou edital.”

Portfólio é ouro

GUARDE

- Fotos e vídeos com data e local
- Listas de presença
- Matérias, posts e cartazes
- Declarações de parceiros
- Relatos do público

SERVE PARA

- Certificação: 2 anos de atividades
- Editais e prêmios
- Conversa com parceiros
- Prestação de contas

Uma pasta por ano e por atividade, no celular ou na nuvem.

PARA FECHAR

Qual é o próximo passo do seu grupo?

Escreva no chat. Vale começar pequeno:

Criar a pasta do portfólio

Fazer a conta gov.br

Listar 3 parceiros do território

Conversar sobre formalizar ou não

PARA LEVAR

**Sem fins lucrativos não é sem
trabalho digno.**

Obrigada!

Ábia Marpin · marpin.abia@gmail.com

Trilha 3 · Lideranças de Pontos e Pontões de Cultura